

**HABEAS CORPUS Nº 548.586 - RJ (2019/0356924-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
LAURA JULIA ANDRADE FONTENELLE - RJ078959  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : GUILHERME DOS SANTOS OLIVEIRA (PRESO)  
**OUTRO NOME** : GUILHERME DE SANTOS OLIVEIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **GUILHERME DOS SANTOS OLIVEIRA (GUILHERME DE SANTOS OLIVEIRA) e VINICIUS DUARTE FELIX**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta nos autos que os pacientes foram condenados à pena de 7 anos, 5 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática de um roubo qualificado.

O tribunal de origem negou provimento ao recurso defensivo.

Neste *writ*, a impetrante alega ausência de fundamentação idônea da sentença no ponto em que fixou a pena-base dos pacientes acima do mínimo legal, em afronta ao disposto na Súmula 444 do STJ.

Aduz que a ilegalidade da fixação do regime inicial fechado para o cumprimento da pena dos pacientes porque tomou por base a gravidade em abstrato do delito.

Ao final, requer "a fixação da pena-base a nível mais adequado aos delitos em tela, qual seja, o mínimo legal, a exclusão da majorante por emprego de arma de fogo e o regime semiaberto como regime inicial de cumprimento da pena, como medida de JUSTIÇA!"(e-STJ, fl. 11).

**É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Devidamente instruídos, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Retifique-se a autuação para fazer constar como paciente VINICIUS DUARTE FELIX.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator